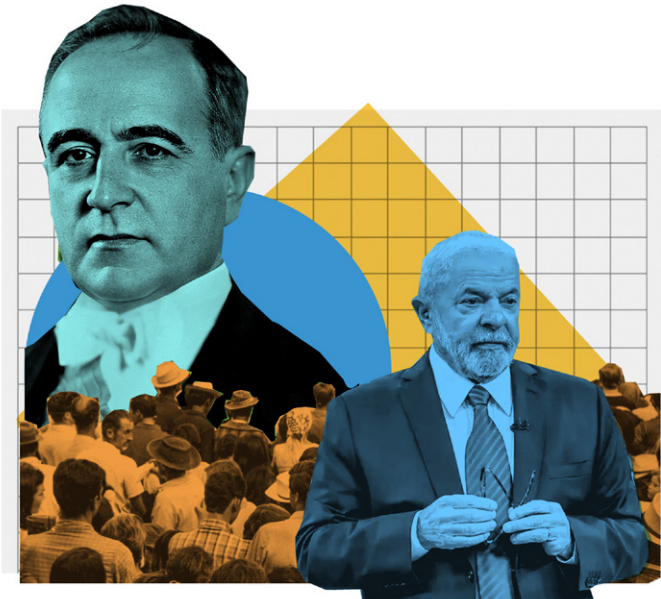


NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Lula precisa de um governo para chamar de nosso

De modo geral, governos populistas são “fulanizados”, ou seja, organizam sua sustentação política em torno de um líder carismático. Quem primeiro caracterizou esse tipo de liderança foi o sociólogo alemão Max Weber, autor de uma palestra célebre, intitulada “A política como vocação”, ao separar poder e dominação. Para ele, o poder é o exercício da vontade sobre os indivíduos; a dominação, a aceitação e a subordinação dos indivíduos ao poder exercido por alguém. Há três formas legítimas de dominação, uma delas é a carismática. As outras duas são a legal (um pacto entre os cidadãos para que eles tenham garantidos os seus direitos) e a tradicional (com base na moral e na religião, característica das sociedades patriarcais).

O que nos interessa mais é a dominação carismática, que depende de a capacidade individual mobilizar a sociedade e comandá-la. Segundo Weber, o líder carismático é uma espécie de força da natureza, exerce uma mística sobre seus seguidores, essencial para que seus liderados nele depositem a esperança de mudança e acreditem nas suas ações. Nesse tipo de dominação, a competência não está em primeiro plano. Por isso, a instabilidade desse tipo de dominação decorre diretamente da capacidade de persuasão do líder. Quando ela falha, o poder entra em crise.

No Brasil, o líder político mais carismático de nossa história republicana foi Getúlio Vargas, que liderou a Revolução de 1930 e se manteve no poder como ditador até 1945. Voltou ao poder pela vontade popular, nas eleições de 1950, com 46,36% dos votos, como candidato à Presidência do PTB, partido que fundou. Naquela época, não havia segundo turno. Essa votação traduziu seu prestígio junto aos trabalhadores assalariados do país, mas também revelou forte rejeição da classe média e das elites do país. Vargas se matou para não ser deposto, em 24 de agosto de 1954, em meio a uma crise política provocada por um atentado ao jornalista Carlos Lacerda, seu mais fidalgo adversário político, perpetrado pelo chefe de sua guarda pessoal, Gregório Fortunato.

Depois de Vargas, sem dúvida, a liderança mais carismática é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-líder metalúrgico, que chegou ao poder em 2002, foi reeleito em 2006 e elegeu sua sucessora em 2010, a ex-presidente Dilma Rousseff. Construiu uma trajetória política com base no sindicalismo, desbancando o herdeiro natural do velho trabalhismo varguista, o ex-governador fluminense Leonel Brizola (PDT), nas eleições de 1989, quando disputou o segundo turno com Fernando Collor de Melo, que foi eleito.

Carisma e poder

Vargas não tinha adversário eleitoral à altura, seu principal desafeto, Carlos Lacerda, no auge de sua popularidade, era uma liderança confinada à antiga Guanabara. Nem de perto tinha o carisma de Jânio Quadros, que se elegeu presidente da República em 1960, porém renunciou ao mandato, no segundo ano de governo, numa crise palaciana provocada pelo seu rompimento com Lacerda. Já o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem um adversário com forte liderança carismática, Jair Bolsonaro. O ex-presidente da República não se reelegeu por uma diferença de apenas 1,8% dos votos válidos. Sua base eleitoral é forte e atuante, com uma extrema direita ideológica que defende abertamente a volta ao regime militar.

Bolsonaro exerce sua liderança com um pé no próprio carisma e o outro na tradição moral e religiosa, ou seja, no velho patriarcado. Para se manter no poder, Lula depende não somente do próprio carisma, mas das regras do jogo democrático e do exercício competente da política institucional. Graças a isso, pôde disputar as eleições e tomar posse, apesar da conspiração golpista que viria a se expressar em 8 de janeiro e está sendo desnudada. Ou seja, Lula depende da dominação racional-legal, que é compartilhada com o Congresso e o Supremo Tribunal Federal.

No momento, a relação do governo Lula com o Congresso é muito volátil. Uma parte dos ministros atua na lógica da dominação carismática, na aba do chapéu do líder, em busca de um programa de ação focado nas políticas sociais, porém com viés estratégico de velhas concepções da esquerda latino-americana. Outra, de centro e centro-direita, luta por espaços no próprio governo e defende um programa de reformas liberais. Para complicar, a maioria do Congresso é conservadora, fisiológica e patrimonialista.

Egressos do governo Bolsonaro, os líderes do chamado Centrão também querem um governo para chamar de seu, como foi o de Bolsonaro. Falta foco ao governo Lula para enfrentar essa situação e viabilizar suas prioridades imediatas, no caso, a aprovação do chamado “arcabouço fiscal” e da reforma tributária. Para isso, é preciso pactuar programaticamente as relações entre as forças que participam da coalizão de governo (uma agenda liberal-social pode ser o caminho) e negociar a implementação dessa agenda com o Congresso (um acordo com o Centrão será inevitável). O carisma de Lula, apenas, não dá conta do recado, seus parceiros políticos querem um governo para chamar de nosso.

JUDICIÁRIO

Telegram apaga ataque ao PL das Fake News

Sob risco de suspensão, plataforma obedece à ordem do ministro Alexandre de Moraes

» RENATO SOUZA
» LUANA PATRIOLINO

O Telegram cumpriu, ontem, uma ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de remoção de uma mensagem enviada aos usuários da plataforma que atacava o PL das Fake News. A determinação era para que a empresa avisasse aos internautas que o texto enviado no dia anterior disseminava desinformação. Caso houvesse descumprimento da decisão, o aplicativo estava sujeito à suspensão.

O prazo dado por Moraes para que um novo conteúdo fosse enviado era de uma hora. Além da suspensão do aplicativo, a desobediência provocaria multa de R\$ 500 mil por hora.

No novo disparo em massa, o Telegram incluiu uma introdução, por conta própria, afirmando que removeu a publicação anterior e que enviou nova informação a mando da Corte.

“Recebemos uma ordem do Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil que obriga o Telegram a remover nossa mensagem anterior sobre o PL 2.630/2020 e enviar uma nova mensagem aos usuários, que está incluída abaixo”, diz a introdução.

Em seguida, o aplicativo compartilhou o texto definido por Moraes para ser publicado. “Por determinação do Supremo

Divulgação/Flickr



Moraes: mensagem do aplicativo era “flagrante e ilícita desinformação”

Tribunal Federal, a empresa Telegram comunica: a mensagem anterior do Telegram caracterizou flagrante e ilícita desinformação atentatória ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário, ao Estado de Direito e à Democracia Brasileira”, afirma a postagem. “Pois, fraudulentamente, distorceu a discussão e os debates sobre a regulação dos provedores de redes sociais e de serviços de mensagem privada (PL 2.630), na tentativa de induzir e instigar os usuários a coagir os parlamentares.”

A decisão de Moraes foi tomada no âmbito do inquérito das fake news. Nos autos, o ministro

afirma que, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), chegou a se reunir com representantes de plataformas no Brasil para discutir “o perigo da instrumentalização criminosa” dos provedores e de serviços de mensagem privada.

No início do mês, outra big tech enfrentou problemas com a Justiça a respeito do PL das Fake News. O Google passou a exibir uma mensagem contra o projeto. Moraes, então, impôs uma série de determinações sobre a publicidade negativa, além de ordenar que a Polícia Federal tomasse depoimento dos diretores da plataforma, do Spotify,

do Grupo Meta e do portal Brasil Paralelo.

Julgamento


A ministra Rosa Weber, presidente do STF, marcou para o dia 17 o julgamento de três ações que definem o papel das redes sociais no combate à desinformação e ao discurso de ódio na internet. O efeito da apreciação pode ser semelhante à regulamentação prevista no PL das Fake News — proposta que está travada na Câmara.

De maneira reservada, ministros da Corte ouvidos pelo Correio afirmam que já passou da hora de regulamentar a atividade dessas empresas no Brasil e incluir no ordenamento jurídico a obrigação de que elas contenham o discurso de ódio das mídias digitais e sejam responsabilizadas por isso, caso não o façam.

Um dos principais articuladores no Judiciário para que ações sobre o tema sejam julgadas é Moraes. Ele apresentou sugestões ao PL das Fake News, deixando evidente seu apoio ao texto.


Entre as recomendações do magistrado está a obrigação de as plataformas retirarem do ar, de imediato, mensagens que violem direitos da criança e do adolescente; propaguem ideais racistas, homofóbicas e nazistas; ou contenham informações falsas sobre o sistema eleitoral.

Quando o Conselho Tutelar atua, o melhor acontece.



SEJA UMA CONSELHEIRA TUTELAR.

A GUARDIÃ DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.



Participe das eleições. Inscreva-se de 10 a 29 de maio.

www.sejus.df.gov.br

A cada quatro anos, são eleitos os conselheiros tutelares de todas as regiões do DF. Eles garantem os direitos de crianças e adolescentes, promovendo a proteção contra a violência, a exploração do trabalho infantil ou qualquer tipo de abuso. Se você quer contribuir para esse importante trabalho, candidate-se. As inscrições vão até 29 de maio. Mais informações em www.sejus.df.gov.br

Secretaria de Justiça e Cidadania
Secretaria de Comunicação

